



Exmo. Senhor Presidente
Comissão Permanente de Economia
ALRAA - Assembleia Legislativa da Região
Autónoma dos Açores
Rua Marcelino Lima
9901 - 858 Horta

240103 31. OUT 2017

Assunto: Atribuição Tarifa Social e Contribuição para Audiovisual de Valor Reduzido

Exmo. Senhor,

Com a publicação, pelo Governo Regional dos Açores, da Portaria n.º 35/2017 de 23 de março de 2017 ficaram definidos os procedimentos, o modelo e demais condições necessárias à atribuição automática da tarifa social de fornecimento de energia elétrica, criada pelo Decreto-Lei n.º 138-A/2010, de 28 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 172/2014, de 14 de novembro, e pela Lei n.º 7-A/2016, de 30 de março, aprovados pela Portaria n.º 178-B/2016, de 1 de julho.

A EDA, na qualidade de concessionária do Transporte e Distribuição de Energia Elétrica na RAA, procedeu, em articulação com a DREn-Direção Regional da Energia, aos desenvolvimentos operacionais e de natureza informática necessários, com vista à concretização do processo de atribuição automática da tarifa social de fornecimento de energia elétrica (TSE) e da contribuição para o audiovisual (CAV) de valor reduzido, aos clientes economicamente vulneráveis, com efeitos retroativos a 1 de julho de 2016.

É nesse contexto que podemos hoje dar como concluído o processo de atribuição automática da tarifa social de fornecimento de energia elétrica (TSE), aos clientes beneficiários da Segurança Social, operação que possibilitou enquadrar com sucesso cerca de 8.000 novos clientes aderentes à tarifa social, número que a juntar aos cerca de 3.000, já existentes a 01 de julho de 2016, aponta para um total de cerca de 11.000 clientes da tarifa social, número que deverá ainda ser incrementado quando for possível escrutinar, sob a égide da DREn, os clientes também elegíveis por via do rendimento máximo anual por agregado familiar e domicílio fiscal, situação que estará ainda pendente da disponibilização de informação qualificada e relevante por parte da ATA - Autoridade Tributária e Aduaneira.



Electricidade dos Açores

Não obstante, todos os clientes finais de energia elétrica, que não ficaram abrangidos nesta fase do processo, podem requerer, junto das instituições da Segurança Social e da Autoridade Tributária e Aduaneira, respetivamente, o comprovativo da sua condição de elegibilidade como beneficiário de alguma das prestações sociais ou comprovativo de vulnerabilidade económica, documento que deverão entregar na EDA, S.A., em qualquer um dos seus estabelecimentos afetos à rede comercial de lojas e centros de energia, onde serão verificados os respetivos pressupostos contratuais para a atribuição da tarifa social.

A aferição da condição de elegibilidade para a tarifa social, poderá ainda ser solicitada, por qualquer cliente e a todo o momento, através de requerimento a entregar na EDA, elaborado nos termos do modelo previsto no anexo da Portaria 178-B/2016, de 1 de julho, procedimento que assegurará, via DREn, a indispensável verificação junto das instituições acima referidas e com competência para o efeito.

Com os melhores cumprimentos *e elevada estima*

Duarte Ponte

Duarte José Botelho de Ponte
Presidente Conselho de Administração

| | |
|---|----------------------|
| ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES | |
| ARQUIVO | |
| Entrada <u>3300</u> | Proc. n.º <u>109</u> |
| Data: <u>01/10/31</u> | N.º <u>38/XI</u> |



Prestação de Serviços de Manutenção
em Sistemas de Produção de Energia
Comercialização de Energia,
Potência e Serviços Conexos